

EDITAL DE LICITAÇÃO



central-pregao@sea.sc.gov.br



compras.sc.gov.br
Editais, Manuais, Cadastro...

PREGÃO ELETRÔNICO	PE 0599/2026
PROCESSO SGPe	SES 76138/2026
CONTRATANTE	Secretaria de Estado da Saúde
ENVIO DA PROPOSTA	11/09/2026, a partir das 14:00 horas
ABERTURA DA SESSÃO	23/09/2026, a partir das 09:15 horas
INÍCIO DA DISPUTA	23/09/2026, a partir das 09:30 horas
OBJETO	Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares
EXCLUSIVO ME/EPP	Não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 192.923,96



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0599/2026
Processo n.º SES 76138/2026

O(A) **Secretaria de Estado da Administração**, com sede na Rodovia SC 401, Km 5, n.º 4.600, Bloco II, 1º andar, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.951.351/0001-42, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, torna público que fará realizar licitação na **modalidade pregão**, critério de julgamento de menor preço, na forma eletrônica, modo de disputa aberto e fechado para selecionar proposta objetivando a **Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto estadual n.º 1.560, de 11 de junho de 2026; Decreto estadual n.º 1.561, de 11 de junho de 2026; demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Envio de proposta: a partir das 14:00 horas do dia 11/09/2026.
- 1.2. Abertura da sessão: a partir das 09:15 horas do dia 23/09/2026.
- 1.3. Início da disputa: a partir das 09:30 horas do dia 23/09/2026.
- 1.4. O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).
- 1.5. Todo e qualquer ato referente ao presente processo licitatório dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico via internet.
- 1.6. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela internet, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação — em todas as etapas do certame.
- 1.7. O pregão será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, que atuará como provedor do sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS.
- 1.8. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados pregoeiro(a) e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login* e senha no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.
- 1.9. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.
- 1.10. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste edital para todos os fins e efeitos:
 - 1.10.1. Anexo I: Quadro quantitativo dos itens;
 - 1.10.2. Anexo II: Modelo de proposta de preços eletrônica.
 - 1.10.3. Anexo III: Modelo de proposta readequada.
 - 1.10.4. Anexo IV: Minuta de ordem de fornecimento.
 - 1.10.5. Anexo V: declaração de atendimento à legislação vigente;
 - 1.10.6. Anexo VI: Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT);
 - 1.10.7. Anexo VII: termo de referência e seus anexos.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Do objeto

- 2.1.1. Esta licitação destina-se a selecionar proposta objetivando **Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas e previstas neste edital.



2.1.2. A licitação será dividida em itens, conforme Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2. Da execução da licitação

2.2.1. O processamento da licitação pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC – será na qualidade de interveniente promotora, destinando-se o objeto licitado às necessidades da **Secretaria de Estado da Saúde**.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste edital.

3.1.1. Os itens ou lotes identificados com a expressão “**(Item exclusivo para ME/EPP)**”, no Anexo I, são de participação exclusiva de licitantes enquadrados como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que atenderem às exigências estabelecidas neste edital; nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 e art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo de sua participação nos demais itens ou lotes.

3.1.2. O licitante que deseja gozar do tratamento diferenciado previsto no art. 48, I ou III, da Lei Complementar n.º 123/2006 deverá firmar declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como a declaração a que se refere o art. 4º, § 2º da Lei n.º 14.133/2021, conforme modelo anexo.

3.2. Não poderão disputar essa licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste edital;

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.2.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante;

3.2.9. organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.

3.4. O impedimento de que tratam os itens 3.2.4 e 3.2.7 serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela



aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

3.8. A participação na licitação implica, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, automaticamente, a aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos enviados em qualquer fase da licitação, não cabendo, portanto, posterior reclamação.

4. ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO OU PREGOEIRA

4.1. São atribuições do(a) pregoeiro(a):

4.1.1. conduzir e coordenar a sessão pública;

4.1.2. receber, examinar e manifestar-se sobre as impugnações e os pedidos de esclarecimento ao edital e aos anexos e, no caso de impugnações, encaminhá-las à autoridade competente para decisão. Para elaborar sua manifestação, o(a) pregoeiro(a) poderá requisitar subsídios aos órgãos ou agentes públicos que elaboraram o edital ou os anexos;

4.1.3. verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos neste Edital;

4.1.4. coordenar o envio de lances;

4.1.5. verificar e julgar as condições de habilitação;

4.1.6. sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos;

4.1.7. promover diligências para:

4.1.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

4.1.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

4.1.8. negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

4.1.9. receber, examinar e manifestar-se acerca dos recursos e encaminhá-los à autoridade competente para decisão;

4.1.10. indicar o vencedor da licitação;

4.1.11. conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.12. encaminhar os autos devidamente instruídos à autoridade competente para propor a homologação da licitação e a adjudicação de seu objeto.

4.2. O(a) pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação da assessoria jurídica ou de outros setores do órgãos ou entidade, a fim de subsidiar suas decisões.

5. CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME



5.1. As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.

5.1.1. A atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado para participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no edital.

5.1.2. Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.

5.1.3. O procedimento para inscrição e alterações, no cadastro geral de fornecedores, encontra-se disponível no site do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no link "Fornecedores".

5.1.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no cadastro geral de fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.1.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.1.6. Os licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.1.7. O credenciamento do licitante e de seu representante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.1.8. Para o correto funcionamento do sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

5.1.8.1. conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;

5.1.8.2. navegadores Internet Explorer 9 ou superior, Chrome ou Firefox;

5.1.8.3. javascript habilitado e pop-ups liberados (não bloqueados).

6. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

6.1.1. O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.sc.gov.br/>, na área de acesso restrito.

6.1.2. Efetuado *login* no sistema, o fornecedor somente irá visualizar os editais em que esteja cadastrado no grupo-classe.

6.2. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

6.2.1. Quando o licitante for beneficiário da Lei Complementar n.º 123/2006 deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas em lei.

6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. A inclusão de qualquer elemento que possa identificar o licitante importa na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no edital.



6.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. O licitante compromete-se a guardar até a homologação da licitação todos os documentos originais ou autenticados que forem anexados eletronicamente e a apresentá-los quando requerido pela Administração.

6.6.1. O licitante que celebrar contrato com a Administração deverá guardar os documentos indicados neste item durante todo o prazo de vigência do contrato e apresentá-los quando requerido pela Administração.

6.7. Os licitantes poderão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.8. O fornecedor descredenciado no cadastro geral de fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

7.1. Após a divulgação do Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas, os licitantes interessados deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o(s) respectivo(s) anexo(s), até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

7.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta enviada.

7.2.1. Não exercido o direito de retirada nos termos deste item, o licitante se obriga ao cumprimento das disposições contidas na proposta, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

7.3. **Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei n.º 14.133/2021.**

7.4. Serão enviados aos licitantes, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

7.5. A proposta enviada não poderá ter prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão, sendo esse o prazo considerado em caso de omissão.

7.6. Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida indicando o valor unitário do item, expressos em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais no campo “valor da proposta”.

7.6.1. **A proposta deve atender aos requisitos indicados nos itens 4 e 8.5 do termo de referência, observado o item 10.5 deste edital.**

7.6.2. Quando exigida a indicação de marca na proposta, é permitido ao licitante a indicação de mais de uma marca, sendo elas submetidas à análise da equipe técnica quanto à sua aceitabilidade, devendo o licitante respeitar as especificações e condições estabelecidas neste edital.

7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo.

7.8. No valor da proposta devem estar inclusos todos os custos com a remuneração, encargos sociais, operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e quaisquer outros custos incidentes de forma direta ou indireta sobre ele.

7.8.1. **Excluem-se dessa exigência:**

7.8.1.1. As empresas catarinenses que, nos termos do Convênio ICMS 26/03, devem enviar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.8.1.2. De acordo com esse Convênio, o qual foi aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou



prestação de serviços e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ n.º 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica nos termos previstos no Decreto estadual n.º 255, de 21 de maio de 2003.

7.8.1.3. A isenção supracitada não se aplica à licitante vencedora, quando:

7.8.1.3.1. a aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;

7.8.1.3.2. o objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

7.8.1.4. Conforme o Convênio ICMS n.º 153/2015, referida isenção deve ser considerada no cálculo do valor do ICMS devido, correspondente à diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna da unidade federada de destino da localização do consumidor final não contribuinte do ICMS.

7.8.1.5. Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br.

7.8.1.6. As demonstrações de custos referentes ao IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido).

7.9. A proposta de preços com base nas especificações constantes neste Edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, obrigatoriamente, a razão social completa e CNPJ do licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*).

7.10. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas junto ao cadastro geral de fornecedores, ficando responsáveis por quaisquer consequências, inclusive a não celebração de contratos, decorrentes da inobservância de mensagens divulgadas via *chat* ou emitidas pelo sistema junto ao seu endereço eletrônico (*e-mail*).

7.11. Observado o prazo de validade, as propostas apresentadas serão irretratáveis e irrenunciáveis.

7.12. A apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

7.13. A licitante vencedora do certame, quando houver cotação de proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta no Sistema eletrônico, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do encerramento do prazo para interposição de recursos.

7.13.1. Quando por lote, o valor unitário readequado não poderá ser superior àquele oferecido na proposta escrita.

8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1. Iniciada a sessão pública do pregão, essa não será interrompida ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro ou pela pregoeira.

8.2. Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

8.3. O(a) pregoeiro(a) poderá suspender temporariamente a sessão para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

8.4. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5. Quando a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



- 9.2. A partir do horário previsto neste Edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, momento em que o sistema disponibilizará campo próprio (*Chat*) para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.3. O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas eletrônicas enviadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 9.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.3.2. O fornecedor que tiver a sua proposta desclassificada, terá o prazo de 5 (cinco) minutos a contar da comunicação de desclassificação para solicitar reconsideração, findo o qual, o pregoeiro irá analisar a justificativa, fundamentando sua decisão.
- 9.3.3. A não desclassificação da proposta pelo(a) pregoeiro(a) nos termos deste item não impede sua desclassificação na fase de julgamento.
- 9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente essas participarão da fase de lances.
- 9.5. As propostas apresentadas com o mesmo valor serão ordenadas automaticamente pelo sistema, por meio de sorteio eletrônico.
- 9.6. A partir do horário previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) dará início à etapa da disputa.
- 9.6.1. O(A) pregoeiro(a) abrirá a disputa do item ou lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
- 9.6.2. Será considerado como primeiro lance a proposta inicial apresentada.
- 9.7. Os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link “histórico de lances”.
- 9.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor inferior, no caso de critério de julgamento de menor preço, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.9. Somente o licitante de menor lance dentre os ofertados, no caso de critério de menor preço, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.
- 9.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.11. O sistema não identificará os autores dos lances, podendo visualizar valores e horários registrados no link “histórico de lances”.
- 9.12. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa indicado no preâmbulo deste edital**.
- 9.12.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.12.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.12.1.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.12.1.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.12.1.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.12.1.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



9.13. Do empate

9.13.1. Ocorrendo empate será assegurada, como primeiro critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.13.2. Entende-se por empate aquelas situações em que adotado o critério de julgamento de menor preço, os lances finais enviados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance mais bem classificado, conforme disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, situação na qual proceder-se-á da seguinte forma:

9.13.2.1. o sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

9.13.2.2. o sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para enviar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.13.2.3. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do *caput* do art. 45, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.13.2.4. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, será realizado sorteio automático entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá enviar melhor oferta.

9.13.3. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido enviada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.13.5. Depois de adotados os critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, só poderá haver empate entre propostas de igual valor (não seguidas de lances), ou entre lances finais de igual valor.

9.13.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, nesta ordem:

9.13.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.13.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.13.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.13.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.13.7. Conforme art. 60, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.13.7.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

9.13.7.2. empresas brasileiras;

9.13.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.13.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.13.7.5. Persistindo ainda o empate, será realizado sorteio para definição do melhor classificado.

9.14. Da negociação



9.14.1. O sistema automaticamente verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar n.º 123/2006 e na sequência o(a) pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.14.1.1. Deverá o(a) pregoeiro(a), antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha enviado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.14.1.2. A negociação será realizada por intermédio do sistema de troca de mensagens (chat), podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.14.1.3. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.14.1.4. Para itens divididos em cota reservada para ME/EPP e cota de livre participação, caso a cota reservada reste deserta ou frustrada, o(a) pregoeiro(a) consultará o licitante vencedora da cota de ampla concorrência, independente desta ser ME/EPP ou não, acerca do interesse em assumir a cota reservada de ME/EPP. Caso esta manifeste o interesse, a cota reservada será adjudicada em seu favor.

9.14.1.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada para microempresa e empresa de pequeno porte e a cota de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço cotado.

10. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, será(ão) considerada(s) primeira colocada, a(s) proposta(s) que, obedecidas as condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o menor preço para o(s) item(ns) ou lote(s), conforme indicado no item 2 deste edital.

10.2. O(A) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. da existência de registros impeditivos da contratação no CGU-PAD, que contempla Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), e Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

10.2.2. da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2.3. a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.4. caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências, o licitante será convocado para manifestação no prazo de 05 (cinco) minutos previamente a eventual desclassificação.

10.3. Serão desclassificadas as propostas que:

10.3.1. não obedecerem às especificações técnicas contidas no termo de referência;

10.3.2. não apresentarem documento adicional solicitado pela Administração, quando necessário para verificação de requisitos previstos em lei ou neste edital;

10.3.3. quando exigido pelo termo de referência, não apresentarem amostra ou protótipo;

10.3.4. contiverem vícios insanáveis;

10.3.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

10.3.6. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.4. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie:



10.4.1. **A proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme Anexo III deste edital e requisitos da proposta previsto nos itens 4 e 8.5 do termo de referência.**

10.4.2. **Além dos requisitos e informações previstos no termo de referência, a proposta adequada ao último lance ofertado deverá conter e vir acompanhada das seguintes informações e documentos:**

10.4.2.1. **Declaração de atendimento à legislação vigente, conforme anexo deste edital.**

10.4.2.2. **Os documentos exigidos para habilitação deste edital que não estejam contemplados no CCF, ou que estejam vencidos neste cadastro.**

10.5. Caso o termo de referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no termo de referência, sob pena de desclassificação.

10.6. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

10.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

11.1.1. Quando adotada a inversão das fases de habilitação e julgamento (ver item 9.1 deste edital), caso atendidas as condições de participação, será iniciada a fase de habilitação.

11.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CCF ou que estejam vencidos no cadastro deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico via “Chat”, em até 01 (um) dia útil, inseridos como anexos no sistema eletrônico.

11.2.1. O(A) pregoeiro(a) ou equipe de apoio verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados.

11.3. **O licitante melhor classificado deverá apresentar os documentos de habilitação jurídica; de habilitação fiscal, social e trabalhista; de comprovação de qualificação econômico-financeira e de comprovação de qualificação técnica indicados no item 8.7 do termo de referência.**

11.3.1. Os comprovantes de habilitação fiscal e trabalhista exigidos no termo de referência deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando no documento seu prazo de validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

11.3.2. Os documentos solicitados por meio eletrônico deverão ser inseridos como anexos no sistema, no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da convocação do(a) pregoeiro(a), via “CHAT”.

11.3.3. Todos documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou original em língua estrangeira acompanhado de tradução realizada por tradutor oficial, por meio eletrônico, em até 01 (um) dia útil após convocação do pregoeiro via “chat”, inseridos como anexos no sistema eletrônico.

11.3.4. O(A) pregoeiro(a) ou a equipe de apoio verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.3.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.3.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei n.º 14.133/2021):



11.3.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.3.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e realizará a negociação, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

11.5. **Quando permitida a participação de consórcio de pessoas jurídicas**, observar-se o disposto no item 8.4 do termo de referência.

11.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual indicado no item 8.4 do termo de referência para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.6. **Da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte:**

11.6.1. A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, deverá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.6.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará a decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações previstas neste Edital e na legislação vigente aplicável à matéria, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11.6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo de apuração de ocorrência da prática de crime.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, observado o seguinte:

12.2.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata, em campo próprio do sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para o envio das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a enviar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.2.2. A falta de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.2.1, importará na preclusão desse direito.

12.2.3. Para fins deste edital considera-se “imediata” a manifestação realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

12.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.3.1. Consideram-se válidos os recursos registrados no sistema, desde que devidamente assinados, não sendo obrigatório o encaminhamento de documento original.



12.3.2. O sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir anexos antes de fechar a janela.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

12.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, conforme orientações deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E DAS SANÇÕES

13.1. O licitante, contratado ou beneficiário de ARP será responsabilizado administrativamente por conduta que se enquadre nas seguintes infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública Estadual, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, exceto em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa para concorrer ao certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

13.1.12. praticar ato lesivo estabelecido no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Ao licitante, contratado ou beneficiário de ARP que incorrer nas infrações de que trata o item 13.1 deste edital poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas de que trata o art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021, observados os parâmetros e os procedimentos estabelecidos no Decreto 1.560/2026, em estrita observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e de contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. As sanções estabelecidas nos itens 13.2.1, 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de que trata o inciso 13.2.

13.4. A sanção de impedimento de licitar e de contratar de que trata o item 13.2.3, quando aplicada, impedirá o licitante de contratar apenas no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

13.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar de que trata o item 13.2.4, quando aplicada, impedirá o licitante de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, conforme o disposto no § 5º do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.



13.6. A aplicação das sanções estabelecidas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Estadual.

13.7. A sanção de advertência será aplicada como medida de correção de conduta ao fornecedor que der causa à inexecução parcial do contrato e desde que, na análise do caso específico, não se justifique a imposição de penalidade mais grave.

13.7.1. Considera-se inexecução parcial do contrato o descumprimento de obrigações contratuais principais ou acessórias, inclusive o descumprimento de prazos e a imposição de obstáculos ao regular desenvolvimento da relação contratual, ainda que tais condutas não afetem diretamente a execução ou a entrega do objeto contratado.

13.8. A sanção de multa será aplicada ao licitante, contratado ou beneficiário de ARP, responsável por qualquer das infrações administrativas de que trata o art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor estimado da contratação, conforme o caso, observando-se os seguintes parâmetros:

13.8.1. multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento) da parcela prejudicada do contrato, ao responsável por ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

13.8.2. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado da contratação ao responsável por:

13.8.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame; e

13.8.2.2. não manter a proposta, exceto em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.8.3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela prejudicada ao responsável por dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.8.4. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ao responsável por dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração Pública Estadual, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.8.5. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação ao responsável por não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.8.6. multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado ao responsável por dar causa à inexecução total do contrato; e

13.8.7. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado ou o valor estimado da contratação, conforme o caso, ao responsável por:

13.8.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa para concorrer ao certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.8.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.8.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e

13.8.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.8.8. Nos contratos ou nas ARPs que ainda não foram celebrados, os percentuais estabelecidos nos itens 13.8.1 a 13.8.7 incidirão sobre o valor estimado da contratação, podendo ser limitado ao valor do item ou do lote objeto do descumprimento, conforme o caso.

13.8.9. Nas hipóteses previstas em lei em que a Administração Pública Estadual substitua o termo de contrato por outro instrumento hábil, os percentuais estabelecidos nos itens 13.8.1 a 13.8.7 incidirão sobre o valor do instrumento substituto.

13.8.10. A aplicação da multa de mora de que trata o art. 162 da Lei federal nº 14.133, de 2021, não impedirá que a Administração Pública Estadual a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções estabelecidas neste Decreto.

13.8.11. Nas hipóteses estabelecidas nos incisos 13.8.3, 13.8.4, 13.8.5 e 13.8.6, o agente público responsável pela decisão acerca da dosimetria poderá dobrar o percentual da multa, mediante decisão devidamente fundamentada, considerando as peculiaridades do caso específico, a natureza e a gravidade



da infração e os danos dela decorrentes para a Administração Pública Estadual, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse público.

13.9. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Estadual ao fornecedor, inclusive aqueles relativos a outros contratos celebrados com o mesmo fornecedor.

13.9.1. Se as multas aplicadas e as indenizações devidas forem superiores aos valores eventualmente devidos pela Administração Pública Estadual ao fornecedor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada administrativamente ou judicialmente.

13.10. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, ao licitante, contratado ou beneficiário de ARP que praticar infrações administrativas estabelecidas na Lei federal nº 14.133, de 2021, quando não for cabível a aplicação de sanção mais grave, observados os seguintes critérios:

13.10.1. até 1 (um) ano ao responsável que der causa ao retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.10.2. até 2 (dois) anos ao responsável que:

13.10.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública Estadual, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.10.2.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.10.2.3. não manter a proposta, exceto em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

13.10.2.4. não celebrar o contrato ou a ARP ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; e

13.10.3. até 3 (três) anos ao responsável que der causa à inexecução total do contrato.

13.11. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, ao licitante, contratado ou beneficiário de ARP, responsável pelas seguintes infrações administrativas, observando-se os parâmetros estabelecidos:

13.11.1. até 4 (quatro) anos, ao responsável que apresentar declaração ou documentação falsa para concorrer ao certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.11.2. até 5 (cinco) anos ao responsável que praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

13.11.3. até 6 (seis) anos ao responsável que:

13.11.3.1. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.11.3.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; ou

13.11.3.3. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 2013.

13.11.4. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, nas hipóteses estabelecidas no item 13.10, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual.

13.12. Na aplicação das sanções, a Administração Pública Estadual deverá observar:

13.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.12.2. as peculiaridades do caso específico;

13.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.12.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública Estadual, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo; e

13.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.12.6. São circunstâncias agravantes:

13.12.6.1. a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;



- 13.12.6.2. a obstrução à atuação da fiscalização;
- 13.12.6.3. a persistência ou o prolongamento da infração; e
- 13.12.6.4. a reincidência.
- 13.12.7. Verifica-se a reincidência nos casos em que o acusado comete nova infração depois de já ter sido sancionado por infração anterior da qual não caiba mais recurso.
- 13.12.8. Para efeito de reincidência:
 - 13.12.8.1. será considerada a decisão definitiva proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, quando aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
 - 13.12.8.2. não será considerada a condenação anterior se entre a data da publicação da respectiva decisão definitiva e a data do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos; e
 - 13.12.8.3. não fica assim caracterizada, se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.
- 13.12.9. São circunstâncias atenuantes:
 - 13.12.9.1. a primariedade;
 - 13.12.9.2. a tentativa comprovada de evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
 - 13.12.9.3. a reparação do dano antes do julgamento; e
 - 13.12.9.4. a confissão da autoria da infração.
- 13.12.10. Considera-se primário aquele que não tenha sido sancionado definitivamente por infração administrativa estabelecida em lei ou que já tenha sido reabilitado.
- 13.12.11. Caracterizadas as circunstâncias atenuantes de que trata o item 13.12.9, a autoridade competente para decisão e aplicação de sanção administrativa, na análise do caso específico e desde que devidamente fundamentado, poderá reduzir o valor da multa, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e respeitados os limites estabelecidos no § 3º do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Esta licitação não é processada pelo sistema de registro de preços.

15. DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. Vinculam contratante e contratado(a), independentemente de transcrição no termo do contrato, este edital de licitação, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação, bem como todos anexos e complementos desses documentos.
- 15.2. As regras relativas ao prazo de vigência, à possibilidade de prorrogação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento constam no termo de referência e, quando for o caso, na minuta de termo de contrato anexos a este edital.
- 15.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/05/2026. (art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021).
 - 15.3.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do(a) contratado(a), os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
 - 15.3.2. Demais regras do reajuste constam na ata de registro de preços ou no termo de contrato, conforme o caso.
- 15.4. O(A) contratado(a) deverá apresentar relação contendo o nome dos sócios, CPF, endereço da sede e foto da fachada, para publicação no Portal da Transparência, conforme Lei Estadual n.º 17.983/2020.
- 15.5. **Da formalização do contrato**



15.5.1. Conforme informação do item 5.3 do termo de referência o termo de contrato será substituído por Ordem de Fornecimento.

15.6. Garantia da execução contratual

15.6.1. A disciplina da garantia da execução contratual, quando exigida, encontra-se no termo do contrato.

15.6.1.1. Caso exigido garantia da execução contratual, se o licitante optar pela modalidade seguro-garantia, deverá prestar a garantia no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação desta licitação e anterior à assinatura do contrato (art. 96, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021)

15.7. Da subcontratação

15.7.1. A possibilidade ou não de subcontratação e, em sendo o caso, as condições que devem ser observadas constam no item 4.5 do termo de referência.

16. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Qualquer pessoa, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou e-lic.sc.gov.br, quando acessar o *link* do processo, selecionando painel de controle botão “Fórum”.

16.2. Fornecedores cadastrados ao efetuar o *login* poderão realizar impugnação acessando o processo eletrônico e selecionando o botão “Impugnação”.

16.3. O sistema permite inserir anexos na aba correspondente, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação.

16.4. São válidas as impugnações registradas no sistema, com ou sem anexos, não sendo obrigatório o encaminhamento de documento original.

16.5. Não serão aceitos quaisquer documentos senão pelo sistema eletrônico.

16.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A obtenção de cópias e a concessão de vista aos autos do processo licitatório obedecerão aos seguintes procedimentos:

17.1.1. cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

17.1.2. Vista dos autos do processo licitatório poderá ser realizada no endereço eletrônico <http://www.sea.sc.gov.br/>, por intermédio do *link* “SGP-e” informando o n.º do processo **SGPe SES 76138/2026**.

17.2. É facultado ao(à) pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.3. A homologação do processo licitatório não implicará direito do licitante à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. A Secretaria de Estado da Administração – SEA poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.6. O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Secretaria de Estado da Administração – SEA, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de



terceiros, atendido o que estabelece a Lei n.º 14.133/2021, bem como adiado ou prorrogado o prazo para recebimento ou a abertura das propostas eletrônicas e documentos adicionais.

17.7. Caso ocorram alterações neste Edital, elas serão disponibilizadas no site <http://portaldecompras.sc.gov.br/> e enviadas aos interessados registrados.

17.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, observar-se-á o disposto no art. 183 da Lei n.º 14.133/2021.

17.11. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

Florianópolis, data da assinatura digital.

Vânio Boing
Secretário de Estado da Administração
(Assinado Digitalmente)



ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0599/2026
QUADRO QUANTITATIVO DOS ITENS

1. OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares para o Setor de Internação Cardiológica do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	GRUPO CLASSE	CÓDIGO	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	6701	049190004	Marcapasso externo com câmara dupla. 1. generalidades: Gerador de pulso elétrico externo usado no cuidado intensivo temporário de estimulação do coração sem atividade espontânea ou com problemas no sistema de condução. 2. Características técnicas mínimas: 2.1. Câmara dupla 2.2. Indicadores de status (led`s) 2.3. Indicador para bateria fraca 2.4. Sensibilidade das ondas p / r: 1 - 20mv 2.5. Precisão do ajuste de sensibilidade: 1 - 10mv $\pm$ 10 - 20mv $\pm$ 20% 2.6. Modos vvi (ventrículo estimulado e monitorado com modo de resposta inibido) 2.7. Proteção contra pulsos provocados por desfibrilação 3. Impulso de saída 3.1 freqüência: 40 - 180 / min (no mínimo) 4. Precisão da freqüência: 40 - 100 / min $\pm$ 5% (no mínimo) 4.1 > 100/min: $\pm$ 10% (no mínimo) 5. Alimentação elétrica: bateria	Peça	4



			6. Acessórios: 6.1 duas(02) baterias; 6.2 dois (02) conjuntos de cabo pacientes reutilizáveis; O equipamento deve ser acompanhado pelos manuais de operação e serviço em língua portuguesa. O licitante deve fornecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a administração		
2	6701	037389084	Generalidades: Monitor multiparâmetros para transporte com ECG/respiração, Oximetria de pulso, Temperatura (2 canais), PNI e 2 canais de PI para uso em pacientes adultos. 1. Características gerais: 1.1 Para uso geral em pacientes adultos, devendo apresentar os seguintes parâmetros: 1.1.1 Monitoração de ECG/respiração; 1.1.2 Monitoração de pressão não-invasiva; 1.1.3 Oxímetria de pulso; 1.1.4 Pressão invasiva: 2 canais no mínimo; 1.2 O equipamento deve possuir monitor de vídeo de LCD ou LED, colorido, com touchscreen de 6", no máximo. O monitor multiparâmetros deve ser compacto, não devendo possuir monitor de vídeo separado. Deve permitir a visualização simultânea das curvas e valores numéricos no vídeo, sendo o operador responsável pela escolha dos parâmetros a serem visualizados; 1.3 Deve ser leve e compacto; 1.4 Deve possuir alça para transporte, adaptável a grade	Peça	3



			da maca; 1.5 As entradas dos parâmetros devem possuir circuito de proteção contra desfibrilação. 1.6 O equipamento deve ter no máximo, 5 kg, sem acessórios; 1.7 deve apresentar tendências numéricas e gráficas por no mínimo 24 horas; 1.8 deve possibilitar a expansão futura de no mínimo os seguintes parâmetros: Capnografia; 1.9 Deve possibilitar a alteração de cores dos parâmetros monitorados; 1.10 Deve possibilitar desabilitar os parâmetros que não estão sendo monitorados; 1.11 Deve permitir conexão a Central de Monitoração; 2. Indicações; 2.1 Em forma de gráficos; 2.1.1 Curvas - o monitor deverá apresentar graficamente curvas (formas de onda) escolhidas pelo operador. Sendo elas: 2.1.2.1 ECG/respiração; 2.1.2.2 Pletismograma; 2.1.2.3 Pressão invasiva (2 curvas); 2.1.3 Tendências: 2.1.3.1 O monitor deverá apresentar graficamente as tendências dos parâmetros monitorados; 2.2 Numéricas: 2.2.1 Dos parâmetros monitorados: O monitor deverá apresentar numericamente os seguintes parâmetros, sendo estes escolhidos pelo operador. 2.2.1.2 A frequência cardíaca;		
--	--	--	--	--	--



			2.2.1.3 A saturação de oxigênio 2.2.1.4 A frequência respiratória 2.2.1.5 A temperatura 2.2.1.6 Pressão diastólica, sistólica e média 2.2.1.7 pressões Invasivas: pressão arterial média, pressão intracraniana, pressão venosa central, pressão atrial esquerda, pressão atrial direita, pressão arterial pulmonar, no mínimo; 2.3 Visuais: 2.3.1 O monitor deve permitir a visualização de: 2.3.2 Tabelas e gráficos de tendências dos parâmetros monitorados; 2.3.3 Curvas e valores numéricos, monitorados simultaneamente; 2.3.4 Alarmes; 2.3.5 As falhas ocorridas com o sistema; 2.3.6 Alimentação da rede elétrica/bateria; 2.4 Sonoras; 2.4.1 A sístole (batimento cardíaco); 2.4.2 Alarmes 3. Alarmes: Os limites de alarmes devem ser selecionados pelo operador. O monitor deve possuir: 3.2 Alarme de bradicardia e taquicardia; 3.3 Alarme para eletrodo de ECG solto; 3.4 Alarme para saturação de oxigênio máxima e mínima; 3.5 Alarme de sensor de spo2 desconectado; 3.6 Alarme para respiração máxima e mínima; 4. Monitoração de ECG: 4.1 Seleção de três derivações		
--	--	--	--	--	--



			pelo operador (I,II,III); 4.2 Sensibilidade: 5mm/mv (n/2) 10 mm/mv (n), 20 mm/mv (2n); 4.3 Velocidade: 25mm/s e 50 mm/s; 4.4 Faixa mínima da frequência cardíaca: 30 a 250 BPM; 4.5 Erro máximo: (exatidão): < 5 BPM; 5. Oxímetria de pulso: 5.1 Faixa de medição para spo2: 70 a 99%; 5.2 Erro máximo (spo2) 2% (de 80 a 99%); 5.3 Tempo de resposta inferior a 13 segundos; 5.4 Deve apresentar o pletismograma; 5.5 Resolução: 1%; 5.6 Deve utilizar tecnologia masimo set ou nellcor oximax ou Blupro; 6. Monitoração de pressão não invasiva: 6.1 Medir as pressões diastólica, sistólica e média, através de método oscilométrico; 6.2 Deve operar em modo manual e automático; 6.3 Faixa mínima de medição para pressão sistólica 60 a 250 mmhg. diastólica: 15 a 200 mmhg. 6.4 Máxima pressão admissível no manguito: 300mmhg +/- 10%; 6.5 Deve permitir medidas automáticas realizadas em intervalos pré programados entre 2 e 30 minutos, no mínimo. 7. Monitoração da Pressão Invasiva: 7.1 Deve medir a pressão arterial média - pam e pressão venosa central - pvc, pap, ad e ae através		
--	--	--	---	--	--



			de cateter; 7.2 Calculo da Variação da Pressão de Pulso (DeltaPP; PPV; VPP) automaticamente; 8. Acessórios: 8.1 Gerais: 8.1.1 (01) Um cabo de alimentação para rede elétrica (tipo 2p + t) segundo padrões ABNT. 8.2 Monitoração de ECG: 8.2.1 (02) Dois cabos de ECG com 5 ou 6 vias padrão de cores IEC; 8.3 Monitoração de pressão não invasiva: 8.3.1 (02) Duas mangueiras para medição de pressão não invasiva (para conexão entre o monitor e o manguito); 8.3.2 Dois (02) manguitos para uso em paciente adulto; 8.3.3 Dois (02) manguitos para uso em paciente obeso; 8.4 Oximetria de pulso 8.4.1 (02) Dois sensores reutilizáveis (incluindo cabo) para uso adulto tipo "clip"; 9. Alimentação: 9.1. Alimentação elétrica: 220v / 60hz; 9.2 Bateria recarregável interna com duração de no mínimo 240 minutos em pleno funcionamento; O equipamento deve ser acompanhado de manuais de operação e descrição da especificação serviço em língua portuguesa. o licitante deve fornecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a administração		
3	6701	037389084	Generalidades: Monitor multiparâmetros para transporte com	Peça	1



			ECG/respiração, Oximetria de pulso, Temperatura (2 canais), PNI e 2 canais de PI para uso em pacientes adultos. 1. Características gerais: 1.1 Para uso geral em pacientes adultos, devendo apresentar os seguintes parâmetros: 1.1.1 Monitoração de ECG/respiração; 1.1.2 Monitoração de pressão não-invasiva; 1.1.3 Oxímetria de pulso; 1.1.4 Pressão invasiva: 2 canais no mínimo; 1.2 O equipamento deve possuir monitor de vídeo de LCD ou LED, colorido, com touchscreen de 6", no máximo. O monitor multiparâmetros deve ser compacto, não devendo possuir monitor de vídeo separado. Deve permitir a visualização simultânea das curvas e valores numéricos no vídeo, sendo o operador responsável pela escolha dos parâmetros a serem visualizados; 1.3 Deve ser leve e compacto; 1.4 Deve possuir alça para transporte, adaptável a grade da maca; 1.5 As entradas dos parâmetros devem possuir circuito de proteção contra desfibrilação. 1.6 O equipamento deve ter no máximo, 5 kg, sem acessórios; 1.7 deve apresentar tendências numéricas e gráficas por no mínimo 24 horas; 1.8 deve possibilitar a expansão futura de no mínimo os seguintes parâmetros: Capnografia;		
--	--	--	---	--	--



			1.9 Deve possibilitar a alteração de cores dos parâmetros monitorados; 1.10 Deve possibilitar desabilitar os parâmetros que não estão sendo monitorados; 1.11 Deve permitir conexão a Central de Monitoração; 2. Indicações; 2.1 Em forma de gráficos; 2.1.1 Curvas - o monitor deverá apresentar graficamente curvas (formas de onda) escolhidas pelo operador. Sendo elas: 2.1.2.1 ECG/respiração; 2.1.2.2 Pletismograma; 2.1.2.3 Pressão invasiva (2 curvas); 2.1.3 Tendências: 2.1.3.1 O monitor deverá apresentar graficamente as tendências dos parâmetros monitorados; 2.2 Numéricas: 2.2.1 Dos parâmetros monitorados: O monitor deverá apresentar numericamente os seguintes parâmetros, sendo estes escolhidos pelo operador. 2.2.1.2 A frequência cardíaca; 2.2.1.3 A saturação de oxigênio 2.2.1.4 A frequência respiratória 2.2.1.5 A temperatura 2.2.1.6 Pressão diastólica, sistólica e média 2.2.1.7 pressões Invasivas: pressão arterial média, pressão intracraniana, pressão venosa central, pressão atrial esquerda, pressão atrial direita, pressão arterial pulmonar, no mínimo; 2.3 Visuais: 2.3.1 O monitor deve permitir a visualização de:		
--	--	--	--	--	--



			2.3.2 Tabelas e gráficos de tendências dos parâmetros monitorados; 2.3.3 Curvas e valores numéricos, monitorados simultaneamente; 2.3.4 Alarmes; 2.3.5 As falhas ocorridas com o sistema; 2.3.6 Alimentação da rede elétrica/bateria; 2.4 Sonoras; 2.4.1 A sístole (batimento cardíaco); 2.4.2 Alarmes 3. Alarmes: Os limites de alarmes devem ser selecionados pelo operador. O monitor deve possuir: 3.2 Alarme de bradicardia e taquicardia; 3.3 Alarme para eletrodo de ECG solto; 3.4 Alarme para saturação de oxigênio máxima e mínima; 3.5 Alarme de sensor de spo2 desconectado; 3.6 Alarme para respiração máxima e mínima; 4. Monitoração de ECG: 4.1 Seleção de três derivações pelo operador (I,II,III); 4.2 Sensibilidade: 5mm/mv (n/2) 10 mm/mv (n), 20 mm/mv (2n); 4.3 Velocidade: 25mm/s e 50 mm/s; 4.4 Faixa mínima da frequência cardíaca: 30 a 250 BPM; 4.5 Erro máximo: (exatidão): < 5 BPM; 5. Oxímetria de pulso: 5.1 Faixa de medição para spo2: 70 a 99%; 5.2 Erro máximo (spo2) 2% (de 80 a 99%);		
--	--	--	---	--	--



			5.3 Tempo de resposta inferior a 13 segundos; 5.4 Deve apresentar o pletismograma; 5.5 Resolução: 1%; 5.6 Deve utilizar tecnologia masimo set ou nellcor oximax ou Blupro; 6. Monitoração de pressão não invasiva: 6.1 Medir as pressões diastólica, sistólica e média, através de método oscilométrico; 6.2 Deve operar em modo manual e automático; 6.3 Faixa mínima de medição para pressão sistólica 60 a 250 mmhg. diastólica: 15 a 200 mmhg. 6.4 Máxima pressão admissível no manguito: 300mmhg +/- 10%; 6.5 Deve permitir medidas automáticas realizadas em intervalos pré programados entre 2 e 30 minutos, no mínimo. 7. Monitoração da Pressão Invasiva: 7.1 Deve medir a pressão arterial média - pam e pressão venosa central - pvc, pap, ad e ae através de cateter; 7.2 Calculo da Variação da Pressão de Pulso (DeltaPP; PPV; VPP) automaticamente; 8. Acessórios: 8.1 Gerais: 8.1.1 (01) Um cabo de alimentação para rede elétrica (tipo 2p + t) segundo padrões ABNT. 8.2 Monitoração de ECG: 8.2.1 (02) Dois cabos de ECG com 5 ou 6 vias padrão de cores IEC; 8.3 Monitoração de pressão		
--	--	--	--	--	--



			não invasiva: 8.3.1 (02) Duas mangueiras para medição de pressão não invasiva (para conexão entre o monitor e o manguito); 8.3.2 Dois (02) manguitos para uso em paciente adulto; 8.3.3 Dois (02) manguitos para uso em paciente obeso; 8.4 Oximetria de pulso 8.4.1 (02) Dois sensores reutilizáveis (incluindo cabo) para uso adulto tipo "clip"; 9. Alimentação: 9.1. Alimentação elétrica: 220v / 60hz; 9.2 Bateria recarregável interna com duração de no mínimo 240 minutos em pleno funcionamento; O equipamento deve ser acompanhado de manuais de operação e descrição da especificação serviço em língua portuguesa. o licitante deve fornecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a administração Item exclusivo para ME/EPP		
--	--	--	--	--	--



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0599/2026
MODELO DE PROPOSTA READEQUADA
(INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS)

Apresentamos proposta atualizada para Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, observadas as especificações e condições do Edital nº 0599/2026 e seus Anexos.

Item	Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01				R\$	R\$

1. A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo
 - 1.1. Valores unitários e totais readequados ao valor total representado pelo lance vencedor;
 - 1.2. Razão Social da empresa e CNPJ;
 - 1.3. Endereço completo e atualizado;
 - 1.4. Telefone para contato;
 - 1.5. Endereço de e-mail;
 - 1.6. Representante legal da empresa (nome, CPF, RG, cargo/função na empresa, telefones de contato);
 - 1.7. Sócio(s) majoritário(s) da empresa (nome, CPF/CNPJ, RG) conforme ato constitutivo vigente.
 - 1.8. Dados bancários:
 - 1.8.1. Banco (nº e nome do banco para pagamento);
 - 1.8.2. nº da agência bancária com dígito;
 - 1.8.3. nº da conta bancária com dígito.
 - 1.9 - A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo:
 - 1.9.1. Apresentação do produto;
 - 1.9.2. Marca e modelo;
 - 1.9.3. Fabricante;
 - 1.9.4. Quantidade;
 - 1.9.5. Preço unitário;
 - 1.9.6. País de origem do produto;
 - 1.9.10. Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares e prospectos, a fim de obter mais informações sobre o produto, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;
 - 1.9.11. Os prospectos e documentos adicionais, quando solicitados, deverão ser apresentadas em até 01 (um) dia útil, após convocação do pregoeiro via “CHAT” ou e-mail.



ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0599/2026
MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO

FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

AF Nº: XXX/2026

Data da OF: XX/XX/2026 (cadastrada em: XX/XX/2026 XX:XX)

FORNECEDOR:

Nome do fornecedor:

CÓDIGO:

CNPJ:

Fone:

Fax:

Email:

Ata de Registro de Preço nº:

Edital nº:

Protocolo: SES

PRAZO DE ENTREGA (conforme Ata de Registro de Preço):

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S):

Doc. solicitante: SES

LOCAL DE ENTREGA:

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/MARCA(S)/ PAÍS DE ORIGEM	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					



ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0599/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO VIGENTE

Para atendimento ao disposto no Edital de Pregão Eletrônico n.º/....., promovido pela Secretaria de Estado da Administração, o(a) licitante (nome da empresa ou sociedade), estabelecida na Rua, n.º, Bairro, Cidade...../UF....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, por intermédio de seu representante legal:

() **Declara** que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo (art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021);

() **Declara** que os dados referentes ao sócio majoritário da empresa informados na proposta de preços correspondem ao ato constitutivo vigente no dia da abertura do pregão eletrônico.

() **Declara** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

() **Declara** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021).

() **Declara** que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei n.º 14.133/2021. **(Apenas para o licitante organizado em cooperativa).**

() **Declara** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e que no ano calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a administração pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021). **(Apenas para ME/EPP que deseje gozar dos benefícios constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006)**

Declara ainda, que se compromete a fornecer os comprovantes necessários quando, assim solicitados pelo contratante.

Local e data,

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0599/2026

	FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE QUALIDADE TÉCNICA (FAT)
---	---

INSTITUIÇÃO: _____ SETOR: _____
DATA DE ENTREGA: _____ DATA DE RETORNO*: _____
PSES: _____ EDITAL: _____ LOTE (se houver): _____ ITEM: _____
MARCA: _____ EMPRESA: _____ FABRICANTE: _____ ORIGEM: _____
REFERÊNCIA: _____ RMS: _____ RESPONSÁVEL: _____ CONTATO: _____

CODIGO	DESCRIÇÃO

 **Avalie os itens a seguir (assinale com um "X" o campo correspondente): ADEQUADO, INADEQUADO OU NÃO AVALIADO.**

PONTOS AVALIADOS	ADEQUADO assinale com um "X"	INADEQUADO assinale com um "X"	SE INADEQUADO, INDICAR O MOTIVO	SE NÃO AVALIADO INDICAR O MOTIVO
Embalagem				
Qualidade				
Funcionalidade				
Aplicabilidade				
Especificações técnica (conforme descritivo)				

Observação/ Outras considerações (utilizar o verso):

CONCLUSÃO DO TESTE REALIZADO: () APROVADO () REPROVADO () NÃO AVALIADO – JUSTIFICAR

* Conforme Portaria nº 973/2022, as Unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias para avaliação das amostras e preenchimento da Ficha de Avaliação Técnica do produto e 7 (sete) dias em casos de possibilidade de desabastecimento. Caso o prazo não seja respeitado, o produto de menor preço será considerado APROVADO para aquisição.

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO PARECER: _____

***Declaração de conflito de interesse:** Declaro para os devidos fins que NÃO possuo Interesse financeiro ou de outra natureza em qualquer relação com a empresa indicada, que poderá constituir um real, potencial ou aparente conflito de interesse em relação a indicação do material a ser utilizado nos procedimentos de enfermagem e cirurgia. Durante os últimos cinco anos, NÃO TIVE qualquer emprego ou relação profissional com alguma organização que é fabricante ou fornecedora dos materiais médico-hospitalares.*

Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)
Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional

Após preenchido e assinado, encaminhar o formulário via SGP-e para SES/DPGC/NAENF

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras
Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermagem e Cirurgia (NAENF)
Versão agosto/2022



ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0599/2026
TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe SES nº 00076138/2026

REQUISITANTE

HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT

1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

1.1. Aquisição em caráter de URGÊNCIA de Equipamentos Médico-Hospitalares para o Setor de Internação Cardiológica do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Especificações e quantidades Conforme **ANEXO I** - Requisição de Compra do SCCD nº 1508/2026 com as quantidades e estimativas de orçamento.

1.2. Catálogo eletrônico de padronização (art. 19, II e § 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC. A consulta pode ser feita pelo [link](#)

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.3. Da natureza do objeto – bem comum

1.3.1. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado.

1.3.2. Os bens objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto estadual n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022.

1.4. Prazo do contrato e, se for o caso, possibilidade de sua prorrogação

1.4.1. Os prazos de execução e de vigência do contrato, bem como a possibilidade de prorrogação, quando for o caso, estão descritos no modelo de execução do objeto (item 5 deste termo de referência).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição, em caráter de urgência, de equipamentos médico-hospitalares destinados à Unidade de Internação Cardiológica (Setor “O”) do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em razão do avanço da obra de reforma e ampliação do referido setor, cuja conclusão encontra-se prevista para setembro de 2026.

Destaca-se que a unidade constitui referência regional em atendimentos de média e alta complexidade, assistindo pacientes provenientes de 26 municípios das regiões norte e nordeste do Estado de Santa Catarina, sendo que a reforma contempla a implantação e adequação de 42 leitos destinados à especialidade de cardiologia.

A demanda possui caráter indispensável e urgente, considerando os prazos necessários à realização do procedimento licitatório, bem como ao fornecimento, entrega dos equipamentos, etapas essenciais para garantir a disponibilização dos equipamentos assistenciais no momento da entrega da obra.



A ausência dos equipamentos médico-hospitalares comprometeria a abertura e o pleno funcionamento da unidade reformada, impedindo a utilização do investimento público já realizado e gerando risco concreto de descontinuidade ou atraso na ampliação da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Nesse contexto, à luz da Resolução nº 006/2023 do Grupo Gestor de Governo, entende-se não configurada hipótese de submissão prévia ao colegiado.

A medida observa os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade, da continuidade do serviço público, da razoabilidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133 de 2021, ao assegurar a adequada utilização do investimento público já realizado e a tempestiva entrega operacional do setor assistencial.

OBS: Visto se tratar de aquisição EMERGENCIAL, solicita-se que este processo siga somente com os equipamentos do HRHDS, não acrescentado outras Unidades, evitando que o processo demande muito tempo.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO (ART. 6º, XXIII, “C” e ART. 18º, §1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, solução adotada consiste na aquisição de equipamentos médico-hospitalares para a Unidade de Internação Cardiológica (Setor “O”), sendo que a modalidade de licitação mostra-se a mais adequada para a efetivação da contratação, por assegurar competitividade, isonomia entre os licitantes, economicidade, segurança jurídica e estrita observância às especificações técnicas estabelecidas pela Administração conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, destinados à atender às necessidades do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt – HRHDS.

3.2. Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material (art. 40, IV, da Lei n.º 14.133/2021)

3.2.1. A solução como um todo abrange a observância das condições de guarda e armazenamento descritas no item 5.7. deste termo de referência.

3.3. Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica

3.3.1. Quando cabíveis, as exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica estão descritas no modelo de execução do objeto (item 5.8. deste termo de referência).

4.DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, I, da Lei n.º 14.133/2021).

4.1.1. Na descrição do objeto não há indicação de qualquer marca ou modelo.

4.2. Vedação à contratação de determinada marca ou produto (art. 41, III, da Lei n.º 14.133/2021).

4.2.1. Não há vedação à contratação de qualquer marca ou modelo.

4.3. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 8.5.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);

4.4. Atendimento aos critérios de habilitação (item 8.);

4.5. Atendimento as condições de execução do objeto (item 5.).

4.6. Exigência de amostra(s) (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021) – não haverá exigência.

4.6.1. Poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim



de obter maiores informações sobre o produto.

4.6.1.1. No caso de solicitação de amostras deverão ser entregues em 05 (cinco) dias úteis, no horário das 8h00min às 17h00min, no Setor de Engenharia Clínica do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, situado na Rua Xavier Arp, nº 330, Bairro Boa Vista, Joinville/SC, CEP 89227-680, telefone (47) 3481-3195, email engenhariahrhds@saude.sc.gov.br;

4.6.2. Em situações excepcionais, poderá a empresa realizar pedido de prorrogação do prazo de entrega das amostras por igual período, sujeito ao deferimento/indeferimento da solicitação pela área técnica. A justificativa deverá ser encaminhada para o e-mail (namat@saude.sc.gov.br), bem como realizada dentro do prazo inicial para a entrega das amostras;

4.6.3. As solicitações de amostras serão realizadas por meio de comunicação formal encaminhada ao endereço eletrônico (e-mail) informado na proposta ou no cadastro do fornecedor, devendo constar na mensagem o prazo, o local e as condições para entrega, considerando-se válida a notificação na data do envio ao e-mail indicado pelo licitante.

4.6.4. As amostras apresentadas serão avaliadas por comissão ou servidor(es) designado(s) pela Administração, observando-se os critérios objetivos estabelecidos no Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO II), mediante verificação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, acabamento, funcionalidade e demais requisitos previstos no edital, podendo ensejar a desclassificação da proposta em caso de não atendimento; a análise será realizada no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento definitivo, admitida prorrogação por igual período mediante justificativa técnica, sendo o resultado formalizado por parecer fundamentado, divulgado no sistema eletrônico do certame e comunicado ao(s) licitante(s) por e-mail, passando a integrar os autos do processo para fins de consulta e eventual interposição de recurso.

4.6.5. As amostras reprovadas ou não aproveitadas deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da comunicação formal acerca do resultado da análise.

Decorrido o prazo sem a devida retirada, a Administração poderá promover o **descarte, doação ou destinação que entender adequada**, sem qualquer direito à indenização, ressarcimento ou compensação por parte do licitante, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade pela guarda após o término do prazo estabelecido.

4.7. Exigência de carta de solidariedade (art. 41, IV, da Lei n.º 14.133/2021)

4.7.1. Não há exigência de carta de solidariedade entre fornecedor e revendedor ou distribuidor.

4.8. Subcontratação

4.8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9. Garantia da contratação

4.9.1. Não há exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea e; art. 18, III e VII, e art. 40, caput, II, e § 1º, II e III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.1. Utilização do sistema de registro de preços (art. 40, caput, II, da Lei n.º 14.133/2021)

5.1.1. A licitação não será processada por meio do sistema de registro de preços.

5.2. Forma de fornecimento (art. 18, VII, da Lei n.º 14.133/2021)

5.2.1. A forma de fornecimento do objeto será integral.



5.3. Instrumento contratual (art. 95 da Lei n.º 14.133/2021)

5.3.1. O termo de contrato será substituído por Ordem de fornecimento.

5.4. Prazo de vigência e prorrogação

5.4.1. O prazo de vigência da contratação inicia-se com a divulgação do contrato no Diário Oficial do Estado. Na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, o contrato permanecerá vigente enquanto perdurarem os prazos de execução, recebimento provisório e definitivo e de pagamento, estipulados neste termo de referência.

5.4.2. Eventual prorrogação do prazo de vigência obedecerá ao disposto no art. 111 da Lei n.º 14.133/2021.

5.5. Condições de execução – prazo de entrega (art. 18, III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.5.1. A entrega do objeto deverá ser realizada em remessa única no prazo de 30 (Trinta) dias, contados do recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada.

5.5.2. Independentemente da forma de fornecimento, caso não seja possível a entrega do(s) bem(ns) dentro do prazo, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com 10 (Dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. Local de entrega (art. 40, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021)

5.6.1. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: no horário das 8h00min às 17h00min, no Setor de Engenharia Clínica do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, situado na Rua Xavier Arp, nº 330, Bairro Boa Vista, Joinville/SC, CEP 89227-680, telefone (47) 3481-3279, email engenhariahrhds@saude.sc.gov.br.

5.7. Demais condições de execução (art. 18, III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.7.1. A execução do contrato obedecerá às seguintes regras:

5.7.1.1. Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

5.7.1.2. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

5.7.1.3. O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

5.7.1.4. A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

5.7.1.5. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

5.7.1.6. Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

5.7.1.7. O objeto deverá estar com prazo de validade compatível com o período de vigência do registro de preço, ou a contratada ficará responsável pelo acompanhamento e substituição dos produtos próximos do vencimento;

5.7.1.8. Os preços serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

5.8. Garantia técnica do objeto contratado (art. 40, § 1º, III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.8.1. O prazo mínimo de garantia deverá ser de **24 (vinte e quatro) meses**, contado a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração, sem prejuízo de garantia superior eventualmente ofertada pelo fabricante.



5.8.2. A garantia deverá assegurar, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante, a correção de vícios ou defeitos de fabricação ou de funcionamento apresentados pelos equipamentos durante o respectivo prazo de cobertura.

5.8.3. Durante o período de garantia, caberá ao contratado, diretamente ou por meio de assistência técnica autorizada, sanar os vícios ou defeitos cobertos pela garantia, mediante reparo ou substituição de peças ou componentes, quando necessário.

5.8.4. A garantia limita-se à correção de vícios ou defeitos cobertos, não compreendendo a realização de manutenção preventiva, revisões periódicas, calibrações programadas ou quaisquer outros serviços de caráter continuado ou periódico após o recebimento definitivo do objeto.

5.8.5. As peças ou componentes que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso e originais ou tecnicamente equivalentes, com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do equipamento.

5.8.6. Uma vez notificado, o contratado deverá realizar o reparo ou, quando necessário, a substituição do bem, da peça ou do componente que apresentar vício ou defeito coberto pela garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação.

5.8.7. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, desde que aceita pelo contratante.

5.8.8. A garantia não abrange danos ou defeitos decorrentes de caso fortuito ou força maior, uso inadequado do bem, negligência, imperícia, vandalismo, imprudência ou intervenção realizada por pessoa não autorizada pelo fabricante ou contratado.

5.8.9. As obrigações previstas neste item restringem-se ao atendimento da garantia contratual do bem e somente serão exigíveis na ocorrência de vício ou defeito coberto, não caracterizando contratação de serviço continuado, periódico ou de manutenção preventiva.

5.8.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos, peças ou componentes, quando necessário para o atendimento de vício ou defeito coberto pela garantia, será de responsabilidade do contratado.

5.9. Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica

59.1. Não se aplicam a esta contratação exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica além das mencionadas nos subitens 5.8.3 e 5.8.4.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea f, da Lei n.º 14.133/2021)

6.1. Indicação de gestor e de fiscal do contrato ou da ata de registro de preços

6.1.1. O contrato será gerido e fiscalizado pelos seguintes agentes:

Solicitante	Matrícula	Gestor	Meio de contato
HRHDS	342202-0-03	Aldilete Cardoso Alves Fantuci	(47)3481-3103 diretoriahrhds@saude.sc.gov.br

Solicitante	Matrícula	Fiscal	Meio de contato
HRHDS	974408-8-04	Carlos Alexandre Beckert	(47) 3481-3195 engenhariahrhds@saude.sc.gov .br



8.1. Condições gerais do modelo de gestão

- 8.3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.3.5. Após a assinatura do termo do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo respectivos substitutos (art. 117, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021)

8.2. Gestor

6.3.1 Incumbe e compete ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços:

6.3.1.1 Iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade competente para decisão os seguintes atos e procedimentos:

- 6.3.1.1.1 Prorrogação e suspensão de prazo;
- 6.3.1.1.2 Alterações qualitativas e quantitativas;
- 6.3.1.1.3 Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;
- 6.3.1.1.4 Processo administrativo sancionador;
- 6.3.1.1.5 Recomendação de abertura de processo licitatório, quando for o caso; e
- 6.3.1.1.6 Quaisquer outros atos e procedimentos que impliquem na celebração de termo aditivo, apostilamento ou qualquer outro registro;

6.3.1.2 Quanto à prorrogação e vigência, iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior, comunicando a necessidade da prorrogação ou da abertura de nova licitação, atentando-se especialmente para:

6.3.1.2.1. No caso da prestação de serviços, 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento do contrato:

6.3.1.2.1.1. Consultar o contratado, tomando por escrito o compromisso de prorrogação; e

6.3.1.2.1.2. Solicitar ao setor competente o levantamento de preços no mercado, para fins de comprovação da vantajosidade; e

6.3.1.2.2. No caso de fornecimento de produtos, quando os saldos se mostrarem insuficientes;

6.3.1.3 Quanto às alterações qualitativas e quantitativas, iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior:

6.3.1.1.1 Acréscimos, supressões e alterações de interesse da própria Administração Pública Estadual;

6.3.1.1.2 Alterações solicitadas pelo titular do contrato;

6.3.1.1.3 Modificações no cronograma físico-financeiro;

6.3.1.1.4 Substituições de materiais e equipamentos; e

6.3.1.1.5 Modificações das especificações para melhor adequação técnica;

6.3.1.4 Quanto ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior todas as



intercorrências, em especial:

- 6.3.1.1.1 Reajustes nos termos fixados em contrato; e
- 6.3.1.1.2 Revisão e repactuação solicitadas pela Administração Pública Estadual ou pelo titular do contrato;
- 6.3.1.5 Dar prosseguimento aos atos e procedimentos encaminhados pelo fiscal;
- 6.3.1.6 Dirimir dúvidas, orientar tecnicamente, esclarecer ou solucionar questionamentos, falhas, omissões ou alterações no projeto básico, fazendo-o por escrito;
- 6.3.1.7 Instruir o processo com justificativa e manifestações técnicas necessárias;
- 6.3.1.8 Manter os registros atualizados nos sistemas informatizados de Governo;
- 6.3.1.9 Manter controle atualizado e acompanhar os saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- 6.3.1.10 Realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- 6.3.1.11 Acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em edital e contrato e das exigências legais;
- 6.3.1.12 Promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- 6.3.1.13 Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, após assinatura do contrato;
- 6.3.1.14 Requerer auxílio às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- 6.3.1.15 Manter atualizadas as estimativas de consumo, tanto para apurar a suficiência do saldo até o término do contrato como para orientar as futuras contratações;
- 6.3.1.16 Receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade; e
- 6.3.1.17 Qualquer outra que se faça necessária ao desempenho da atividade de gestão.

6.4. Fiscal

6.4.1. Incumbe e compete ao fiscal do contrato ou da ata de registro de preços:

- 6.4.1.1. Identificar o objeto contratado;
- 6.4.1.2. Conhecer as condições estabelecidas no contrato, no edital ou nas especificações técnicas para o recebimento do objeto;
- 6.4.1.3. Praticar os atos necessários à verificação do fiel cumprimento das obrigações, exigindo as providências necessárias para tal fim;
- 6.4.1.4. Receber o objeto contratado, examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e proceder ao atesto/certificação da despesa;
- 6.4.1.5. Recusar produto ou serviço em desacordo com as condições fixadas em edital;
- 6.4.1.6. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.4.1.7. Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- 6.4.1.8. Fazer diligências à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas ocorrências;
- 6.4.1.9. Exigir, por escrito, o refazimento ou correção, comunicando ao gestor do contrato nos casos de não atendimento ou quando as soluções ultrapassarem as suas competências;



- 6.4.1.10. Notificar, por escrito, a contratada quanto ao não cumprimento das obrigações, fixando prazo para cumprimento ou apresentação de justificativa;
- 6.4.1.11. Encaminhar ao gestor do contrato a solicitação de aplicação de sanções e, quando pertinente, a instauração de processo administrativo sancionador, contendo os registros das ocorrências, notificações, defesas e justificativas da contratada, se for o caso, e da documentação necessária;
- 6.4.1.12. Aceitar ou rejeitar, motivadamente, a indicação do preposto feita pela empresa contratada;
- 6.4.1.13. Manter contato como preposto;
- 6.4.1.14. Desempenhar suas atividades com autonomia e independência fiscalizatória, buscando as condições necessárias para o desempenho da função, comunicando ao gestor do contrato sobre suas necessidades;
- 6.4.1.15. Acompanhar sistematicamente a execução do contrato, mantendo registros das ocorrências e dos documentos relativos à fiscalização;
- 6.4.1.16. Manter os registros de confirmação de recebimento dos comunicados à contratada;
- 6.4.1.17. Assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- 6.4.1.18. Identificada necessidade de modificações contratuais, encaminhar ao gestor do contrato com as devidas justificativas;
- 6.4.1.19. Conhecer os prazos de execução contratual e fornecer subsídios para as prorrogações, quando necessárias, ou manifestar-se contrariamente à prorrogação;
- 6.4.1.20. Assegurar a presença dos documentos exigidos em contrato para fins de pagamento;
- 6.4.1.21. Apontar, por meio de instrumentos de medição, a necessidade de glosas em notas fiscais;
- 6.4.1.22. Solicitar auxílio às áreas técnicas, administrativas, jurídicas ou de controle, quando necessário; e
- 6.4.1.23. Conhecer os limites de sua atuação na atividade de fiscalização, bem como zelar pela estrita observância das cláusulas contratuais específicas e das normas internas aplicáveis.

6.5. Regras para recebimento (art. 18, III, e art. 40, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021)

6.5.1. Competência para recebimento

- 6.5.1.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
- 6.5.1.2. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão a ser oportunamente designado(a) pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.5.2. Prazos de recebimento

- 6.5.2.1. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega ou ao final da instalação ou montagem quando esses serviços forem de responsabilidade do contratado.
- 6.5.2.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (Quinze) dias úteis a partir do recebimento provisório.
- 6.5.2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, uma única vez, por igual período, mediante aviso ao contratado, quando houver necessidade de diligências a serem realizadas pela Administração para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.5.2.4. Suspenderá o prazo de recebimento definitivo a concessão de prazo ao contratado para a solução de inconsistências na execução do objeto ou de



saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente. Nesse caso, o reinício da contagem do prazo considerará o tempo já transcorrido, computando-se a partir da nova contagem apenas o intervalo de tempo restante entre a data da suspensão e o termo final inicialmente previsto para o recebimento definitivo.

6.5.2.5. Os bens rejeitados deverão ser trocados no prazo de 10 (Dez) dias úteis.

6.5.2.5.1. No caso de rejeição parcial ou total de bens, será interrompido o prazo de recebimento definitivo. Nesse caso, em relação aos bens rejeitados, haverá reinício da contagem do prazo de recebimento definitivo, em sua totalidade, a partir da nova entrega e recebimento provisório.

6.5.2.5.2. A concessão de prazo para troca de bens rejeitados não afasta a possibilidade de aplicação de sanção quando descumprido o prazo de entrega.

6.5.3. Métodos e efeitos do recebimento

6.5.3.1. O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária.

6.5.3.2. O recebimento definitivo avaliará o atendimento das exigências contratuais.

6.5.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, na proposta, no edital da licitação, no termo de contrato ou em qualquer dos anexos desses documentos.

6.5.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da execução incorreta do contrato.

6.5.3.5. O contratado, mesmo não sendo o fabricante ou produtor da matéria-prima empregada no produto, responderá pela sua qualidade e autenticidade, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, sejam eles resultantes de fabricação ou transporte. Quando os vícios, defeitos ou incorreções forem constatados por testes ou exames, o contrato obriga-se a ressair os custos à contratante.

6.5.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado por vício de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas constantes deste termo de referência, da proposta, do edital e de seus anexos, constatada apenas posteriormente ao recebimento, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/1990.

6.6. Sanções

6.6.1. A apuração de infrações e aplicação de sanções aos licitantes, aos beneficiários de ata de registro de preços e aos contratados obedecerá ao disposto no Decreto estadual n.º 441, de 19 de janeiro de 2024.

6.7. Cláusula anticorrupção

6.7.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

6.7.1.1. Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

6.7.1.2. Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;



- 6.7.1.3. Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- 6.7.1.4. Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA n.º 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea g, da Lei n.º 14.133/2021)

7.1. Medição e recebimento

- 6.5.1. As regras de recebimento estão indicadas no item 6 deste termo de referência.

7.2. Pagamento

- 6.5.1. O pagamento, precedido de liquidação da despesa, será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento definitivo.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.3.1. O fornecedor será selecionado por meio de processo de licitação na modalidade pregão sob forma eletrônica com adoção do critério de julgamento de menor preço.

8.2. Parcelamento do objeto

- 8.2.1. O julgamento das propostas ocorrerá por **item(ns)**, inexistindo lotes com mais de um item.

8.3. Tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte

- 8.3.1. É inaplicável o tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para o item ou lote cujo valor estimado for superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (art. 4º, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021).

- Cota reservada de até 25%

- 8.3.2. Os itens ou lotes compostos de bens de natureza divisível cujo valor estimado é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), serão licitados com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

- 8.3.3. Valor referencial superior a R\$80.000,00, por item, de natureza indivisível, **não será aplicado** tratamento diferenciado e simplificado para as ME e EPPME/EPP, prerrogativa pela ampla participação;

- Licitação exclusiva

- 8.3.4. Não se aplica a licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, I, da Lei Complementar), uma vez que a não vantagem se justifica visto que, após pesquisa à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), foi verificado que apenas 3% dos fornecedores da SES/SC, com CNAE relacionados à comercialização de produtos para a saúde, estão enquadrados como ME/EPP, potencial fator para gerar licitações desertas e fracassadas, as quais engendrariam retrabalho à Administração, na medida em que o procedimento licitatório deveria ser repetido para ampliação da competição, sem possibilidade de utilização imediata da contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75º, III, alíneas a e b, da Lei n.º



14.133/2021. Evitar a repetição de procedimentos licitatórios é medida que privilegia o princípio da eficiência (art. 37º, caput, da Constituição Federal) e permite uma melhor gestão dos insumos necessários à prestação do serviço público de promoção da saúde, tão essencial à população (PSES 153680/2023).

8.4. Participação de consórcios

8.4.1. Não será admitida a participação de consórcios.

8.4.1.1. Justificativa: A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a busca de condições vantajosas pela Administração.

8.5. Critério de aceitação da proposta

8.5.1. A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo:

- 8.5.1.1. Apresentação do produto
- 8.5.1.2. Marca e modelo
- 8.5.1.3. Fabricante
- 8.5.1.4. Quantidade;
- 8.5.1.5. Preço unitário;
- 8.5.1.6. País de origem do produto;
- 8.5.1.7. Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares e prospectos, a fim de obter mais informações sobre o produto, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;
- 8.5.1.8. Os prospectos e documentos adicionais, quando solicitados, deverão ser apresentadas em até 01 (um) dia útil, após convocação do pregoeiro via “CHAT” ou e-mail;

8.6. Garantia da proposta

8.6.1. Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei n.º 14.133/2021.

8.7. Habilitação

8.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Habilitação jurídica

- 8.7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.7.1.2. Empresário individual: registro comercial arquivado na Junta Comercial respectiva;
- 8.7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



- 8.7.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.7.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.7.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.7.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- 8.7.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- 8.7.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

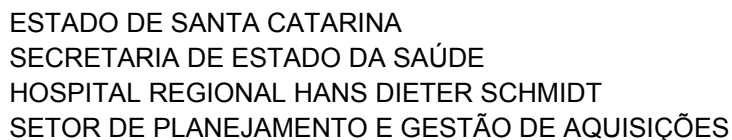
- Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.7.1.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.7.1.13. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa aos tributos federais, dívida ativa e seguridade social/INSS;
- 8.7.1.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do estado ou Distrito Federal;
- 8.7.1.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.7.1.16. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 8.7.1.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 8.7.1.18. Declaração de observância ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 8.7.1.19. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Qualificação econômico-financeira

- 8.7.1.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, quando admitida sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.7.1.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, *caput*, II, da Lei n.º 14.133/2021);

- Qualificação técnica



- 8.7.1.22. **Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior (publicação em Diário Oficial do Estado ou Município) acompanhada do protocolo de revalidação (cópia autenticada em cartório), desde que o mesmo tenha sido requerido nos primeiros 120 (cento e vinte) dias do presente exercício;
- 8.7.1.23. **Autorização de Funcionamento (AFE)** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União, podendo ser complementada com documento obtido a partir da página da ANVISA);
- 8.7.1.24. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACIDADE OPERACIONAL**

Será exigida a comprovação de capacidade operacional mediante apresentação de **certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que demonstre(m) experiência anterior no fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos equipamentos objeto do item para o qual a licitante apresentar proposta.

Para fins de habilitação, a experiência mínima a ser comprovada será a seguinte:

- a) Item 1 – Marcapasso externo com câmara dupla:** comprovação de fornecimento anterior de, no mínimo, **02 (duas) unidades de marcapasso externo com câmara dupla**, devendo o equipamento fornecido possuir, no mínimo, características compatíveis com as funcionalidades essenciais previstas nos subitens 2.1 a 2.7 da especificação técnica constante do Anexo I, compreendendo câmara dupla, indicadores de status e bateria, sensibilidade das ondas P/R, modos de estimulação e proteção contra pulsos decorrentes de desfibrilação.
- b) Item 2 – Monitor multiparâmetros para transporte:** comprovação de fornecimento anterior de, no mínimo, **02 (duas) unidades de monitor multiparâmetros destinado ao transporte ou utilização móvel de pacientes**, dotado, no mínimo, de monitorização de ECG/respiração, pressão arterial não invasiva – PNI, oximetria de pulso – SpO2 e pressão invasiva, demonstrando experiência em equipamento médico-hospitalar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

- 8.7.1.24.2. Será admitida a apresentação de **um ou mais atestados**, inclusive para fins de somatório dos quantitativos comprovados, desde que, em conjunto, demonstrem o atendimento à experiência mínima estabelecida para o respectivo item.
- 8.7.1.24.3. Não serão estabelecidas limitações quanto ao período em que ocorreu o fornecimento ou quanto ao local específico de sua execução, observado o disposto no art. 67, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.7.1.24.4. **Requisitos formais da certidão ou atestado de capacidade técnica**

O(s) documento(s) apresentado(s) para comprovação da capacidade operacional deverá(ão) ser emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter elementos suficientes para possibilitar a aferição da



experiência declarada, incluindo, no mínimo:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) nome e cargo ou função do responsável pela emissão do documento;
- c) identificação da empresa que realizou o fornecimento;
- d) descrição dos bens fornecidos, em nível de detalhamento suficiente para demonstrar sua compatibilidade com os requisitos estabelecidos no item 8.7.1.24.1;
- e) quantitativo dos bens fornecidos;
- f) data ou período em que ocorreu o fornecimento; e
- g) local de entrega ou fornecimento.

8.7.1.24.5. A Administração poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações constantes do(s) atestado(s), inclusive mediante contato com a pessoa jurídica emitente, vedada a apresentação posterior de documento que deveria comprovar condição de habilitação já existente na data de apresentação da proposta, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

8.7.1.24.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, observadas as regras pertinentes à habilitação.

8.7.1.24.7. **Justificativa da exigência de capacidade técnica**

A exigência de comprovação de capacidade operacional decorre da necessidade de aferir previamente a aptidão da futura contratada para o fornecimento de **equipamentos médico-hospitais destinados à assistência cardiológica**, cuja utilização está diretamente relacionada ao monitoramento e ao suporte assistencial de pacientes e que apresentam características técnicas, funcionais e operacionais específicas.

Embora a contratação tenha por objeto o fornecimento de bens, a experiência prévia mostra-se necessária em razão da **complexidade tecnológica dos equipamentos, de sua aplicação em ambiente assistencial hospitalar e da necessidade de assegurar que a contratada possua capacidade operacional compatível com o correto fornecimento, disponibilização dos acessórios, treinamento e atendimento das demais obrigações relacionadas ao objeto**, reduzindo o risco de inadimplemento ou fornecimento incompatível com as necessidades da Administração.

Para o **Item 1 – Marcapasso externo com câmara dupla**, constitui parcela de maior relevância técnica e de valor significativo o fornecimento de equipamento destinado à estimulação cardíaca temporária, dotado das funcionalidades essenciais descritas nos subitens 2.1 a 2.7 do Anexo I. A contratação prevê **04 (quatro) unidades**, sendo exigida experiência mínima correspondente ao fornecimento de **02 (duas) unidades**, equivalente a 50% do quantitativo licitado.

Para o **Item 2 – Monitor multiparâmetros para transporte**, constitui parcela de maior relevância técnica e de valor significativo o fornecimento de equipamento portátil destinado ao monitoramento simultâneo de parâmetros fisiológicos essenciais, incluindo ECG/respiração, pressão arterial não invasiva, oximetria de pulso e pressão invasiva. A contratação prevê **04 (quatro) unidades**, sendo exigida experiência mínima correspondente ao fornecimento de **02 (duas) unidades**, equivalente a 50% do quantitativo licitado.

As duas parcelas possuem valor individual superior a 4% do valor total



estimado da contratação e apresentam relevância técnica em razão de sua utilização na assistência cardiológica, atendendo ao disposto nos arts. 18, inciso IX, e 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A exigência limita-se, portanto, ao quantitativo necessário à demonstração razoável da capacidade operacional da licitante, **sem exigir identidade absoluta entre o equipamento anteriormente fornecido e aquele ora licitado**, admitindo-se bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, preservando-se a competitividade do certame e a proporcionalidade da habilitação.

8.8. Margem de preferência

- 8.9.1. Não haverá margem de preferência prevista no art. 26, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. Critérios de desempate

- 8.9.1. Em caso de empate, serão aplicados os critérios do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006 e do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.9.2. Permanecendo o empate, a escolha do melhor classificado será realizada por sorteio.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea i, art. 18, IV, e arts. 23 e 24 da Lei n.º 14.133/2021)

- 9.1.** No que se refere às estimativas de preços, esclarece-se que os valores obtidos por meio dos orçamentos realizados por esta unidade têm caráter meramente referencial, sendo utilizados exclusivamente como subsídio para o cálculo preliminar do valor de referência. Ressalta-se que a análise completa dos preços — compreendendo a elaboração da Planilha de Pesquisa de Preços e a respectiva instrução processual — é de competência da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras – SES/DPGC.
- 9.2.** O custo estimado total da contratação e dos custos unitários, em sendo o caso, constam no(s) seguinte(s) documento(s) anexo(s): Documento de Instrução de Pesquisa de Preços (ANEXO III), a Planilha de Pesquisa de Preços (ANEXO V) e seus Documentos Complementares (ANEXO IV) e Relação de Compras Orçamento (ANEXO V.b).
- 9.3.** Os preços estimados determinados com base em menos de três preços, ou estimados com critérios diferentes de média, mediana ou menor valor num conjunto de menos de três preços, foram devidamente justificados na Planilha de Pesquisa de Preços, com aval do gestor responsável (Diretor) e da autoridade competente (Superintendente), condicionada a assinatura do Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea j, da Lei n.º 14.133/2021)

- 10.1. O processo encontra-se instruído com declaração de disponibilidade orçamentária-financeira, conforme documento emitido pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde, em obediência ao art. 4º, VII, do Decreto estadual n.º 47, de 9 de março de 2023.

11. CONSIDERAÇÕES GERAIS E FINAIS

- 11.1. São anexos deste termo de referência, sendo dele partes integrantes:

- 11.1.1. Anexo I – Requisição SCCD nº 1508/2026.
- 11.1.2. Anexo II – Formulário de Análise de Qualidade Técnica
- 11.1.3. Anexo III - Documento de Instrução de Pesquisa de Preços
- 11.1.4. Anexo IV – Orçamentos
- 11.1.5. Anexo V – Planilha de Pesquisa de Preços
- 11.1.6. Anexo V.a - Relação de compra total
- 11.1.7. Anexo V.b - Relação de compra orçamento
- 11.1.8. Anexo VI – Análise de riscos
- 11.1.9. Anexo VII – Termo de Ciência de Gestor e Fiscal



11.1.10. Em caso de divergência entre as disposições deste termo de referência e de seus anexos prevalecem as primeiras.

11.1. As especificações deste termo de referência estão de acordo com os regulamentos aplicáveis ao objeto licitado e observação das normativas estaduais em sua elaboração.

11.2. Agente(s) público(s) que elabora(m) o termo de referência:

Nome	Matrícula	Meio de contato	Endereço SGPe
Carlos Alexandre Beckert	974408-8-04	(47)3481-3195 engenhariahrhds@saude.sc.gov.br	SES/DHHS/ENG

11.3. Autoridade competente pela aprovação do termo de referência:

Nome	Matrícula	Meio de contato	Endereço SGPe
Tatiana Bez Batti Titericz	387522-9-02	(48) 3664-8903 suh@saude.sc.gov.br	SES/SUH

Data: data das assinaturas digitais.



ANEXO I

ITEM	CÓDIGO CIASC	RELAÇÃO DE COMPRA	DESCRIÇÃO/SCCD	TIPO DE MATERIAL	QTDE
1	049190004	351/2026	Marcapasso externo com câmara dupla. 1. generalidades: Gerador de pulso elétrico externo usado no cuidado intensivo temporário de estimulação do coração sem atividade espontânea ou com problemas no sistema de condução. 2. Características técnicas mínimas: 2.1. Câmara dupla 2.2. Indicadores de status (led`s) 2.3. Indicador para bateria fraca 2.4. Sensibilidade das ondas p / r: 1 - 20mv 2.5. Precisão do ajuste de sensibilidade: 1 - 10mv $\pm$ 10 - 20mv $\pm$ 20% 2.6. Modos vvi (ventrículo estimulado e monitorado com modo de resposta inibido) 2.7. Proteção contra pulsos provocados por desfibrilação 3. Impulso de saída 3.1 frequência: 40 - 180 / min (no mínimo) 4. Precisão da frequência: 40 - 100 / min $\pm$ 5% (no mínimo) 4.1 > 100/min: $\pm$ 10% (no mínimo) 5. Alimentação elétrica: bateria 6. Acessórios: 6.1 duas(02) baterias; 6.2 dois (02) conjuntos de cabo pacientes reutilizáveis; O equipamento deve ser acompanhado pelos manuais de operação e serviço em língua portuguesa. O licitante deve fornecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a administração.	MP	04
2	037389084	351/2026	Monitor multiparâmetros para transporte com ECG/respiração, Oximetria de pulso, Temperatura (2 canais), PNI e 2 canais de PI para uso em pacientes adultos. 1. Características gerais: 1.1 Para uso geral em pacientes adultos, devendo apresentar os seguintes parâmetros: 1.1.1 Monitoração de ECG/respiração; 1.1.2 Monitoração de pressão não-invasiva; 1.1.3 Oxímetria de pulso; 1.1.4 Pressão invasiva: 2 canais no mínimo; 1.2 O equipamento deve possuir monitor de vídeo de LCD ou LED, colorido, com	MP	04



		touchscreen de 6", no máximo. O monitor multiparâmetros deve ser compacto, não devendo possuir monitor de vídeo separado. Deve permitir a visualização simultânea das curvas e valores numéricos no vídeo, sendo o operador responsável pela escolha dos parâmetros a serem visualizados; 1.3 Deve ser leve e compacto; 1.4 Deve possuir alça para transporte, adaptável a grade da maca; 1.5 As entradas dos parâmetros devem possuir circuito de proteção contra desfibrilação. 1.6 O equipamento deve ter no máximo, 5 kg, sem acessórios; 1.7 deve apresentar tendências numéricas e gráficas por no mínimo 24 horas; 1.8 deve possibilitar a expansão futura de no mínimo os seguintes parâmetros: Capnografia; 1.9 Deve possibilitar a alteração de cores dos parâmetros monitorados; 1.10 Deve possibilitar desabilitar os parâmetros que não estão sendo monitorados; 1.11 Deve permitir conexão a Central de Monitoração; 2. Indicações; 2.1 Em forma de gráficos; 2.1.1 Curvas - o monitor deverá apresentar graficamente curvas (formas de onda) escolhidas pelo operador. Sendo elas: 2.1.2.1 ECG/respiração; 2.1.2.2 Pletismograma; 2.1.2.3 Pressão invasiva (2 curvas); 2.1.3 Tendências: 2.1.3.1 O monitor deverá apresentar graficamente as tendências dos parâmetros monitorados; 2.2 Numéricas: 2.2.1 Dos parâmetros monitorados: 2.2.1.1 O monitor deverá apresentar numericamente os seguintes parâmetros, sendo estes escolhidos pelo operador. 2.2.1.2 A frequência cardíaca; 2.2.1.3 A saturação de oxigênio 2.2.1.4 A frequência respiratória 2.2.1.5 A temperatura 2.2.1.6 Pressão diastólica, sistólica e média 2.2.1.7 pressões Invasivas: pressão arterial média, pressão intracraniana, pressão venosa central, pressão atrial esquerda, pressão atrial direita, pressão arterial pulmonar, no mínimo;		
--	--	--	--	--



			2.3 Visuais: 2.3.1 O monitor deve permitir a visualização de: 2.3.2 Tabelas e gráficos de tendências dos parâmetros monitorados; 2.3.3 Curvas e valores numéricos, monitorados simultaneamente; 2.3.4 Alarmes; 2.3.5 As falhas ocorridas com o sistema; 2.3.6 Alimentação da rede elétrica/bateria; 2.4 Sonoras; 2.4.1 A sístole (batimento cardíaco); 2.4.2 Alarmes 3. Alarmes: Os limites de alarmes devem ser selecionados pelo operador. O monitor deve possuir: 3.2 Alarme de bradicardia e taquicardia; 3.3 Alarme para eletrodo de ECG solto; 3.4 Alarme para saturação de oxigênio máxima e mínima; 3.5 Alarme de sensor de spo2 desconectado; 3.6 Alarme para respiração máxima e mínima; 4. Monitoração de ECG: 4.1 Seleção de três derivações pelo operador (I,II,III); 4.2 Sensibilidade: 5mm/mv (n/2) 10 mm/mv (n), 20 mm/mv (2n); 4.3 Velocidade: 25mm/s e 50 mm/s; 4.4 Faixa mínima da frequência cardíaca: 30 a 250 BPM; 4.5 Erro máximo: (exatidão): < 5 BPM; 5. Oximetria de pulso: 5.1 Faixa de medição para spo2: 70 a 99%; 5.2 Erro máximo (spo2) 2% (de 80 a 99%); 5.3 Tempo de resposta inferior a 13 segundos; 5.4 Deve apresentar o pletismograma; 5.5 Resolução: 1%; 5.6 Deve utilizar tecnologia masimo set ou nellcor oximax ou Blupro; 6. Monitoração de pressão não invasiva: 6.1 Medir as pressões diastólica, sistólica e média, através de método oscilométrico; 6.2 Deve operar em modo manual e automático; 6.3 Faixa mínima de medição para pressão sistólica 60 a 250 mmhg. diastólica: 15 a 200 mmhg. 6.4 Máxima pressão admissível no manguito: 300mmhg +/- 10%; 6.5 Deve permitir medidas automáticas realizadas em intervalos pré programados entre 2 e 30 minutos, no mínimo.		
--	--	--	--	--	--



			7. Monitoração da Pressão Invasiva: 7.1 Deve medir a pressão arterial média - pam e pressão venosa central - pvc, pap, ad e ae através de cateter; 7.2 Calculo da Variação da Pressão de Pulso (DeltaPP; PPV; VPP) automaticamente; 8. Acessórios: 8.1 Gerais: 8.1.1 (01) Um cabo de alimentação para rede elétrica (tipo 2p + t) segundo padrões ABNT. 8.2 Monitoração de ECG: 8.2.1 (02) Dois cabos de ECG com 5 ou 6 vias padrão de cores IEC; 8.3 Monitoração de pressão não invasiva: 8.3.1 (02) Duas mangueiras para medição de pressão não invasiva (para conexão entre o monitor e o manguito); 8.3.2 Dois (02) manguitos para uso em paciente adulto; 8.3.3 Dois (02) manguitos para uso em paciente obeso; 8.4 Oximetria de pulso 8.4.1 (02) Dois sensores reutilizáveis (incluindo cabo) para uso adulto tipo "clip"; 9. Alimentação: 9.1 Alimentação elétrica: 220v / 60hz; 9.2 Bateria recarregável interna com duração de no mínimo 240 minutos em pleno funcionamento; O equipamento deve ser acompanhado de manuais de operação e descrição da especificação serviço em língua portuguesa. o licitante deve fornecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a administração.		
--	--	--	---	--	--



Código para verificação: **RBA9N397**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS ALEXANDRE BECKERT (CPF: 017.XXX.259-XX) em 04/09/2026 às 17:32:01

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/04/2019 - 10:58:55 e válido até 01/04/2119 - 10:58:55.

(Assinatura do sistema)



ALDILETE CARDOSO ALVES FANTUCI (CPF: 035.XXX.189-XX) em 08/09/2026 às 12:45:40

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:13:25 e válido até 13/07/2118 - 13:13:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNzYxMzhfNzY3NTIfMjAyNI9SQkE5TjM5Nw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00076138/2026** e o código **RBA9N397** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **63V7I2FV**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VANIO BOING (CPF: 433.XXX.709-XX) em 10/09/2026 às 10:16:38

Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VtXzcwNTIfMDAwNzYxMzhfNzY3NTIfMjAyNI82M1Y3STJGVg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00076138/2026** e o código **63V7I2FV** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.